

POLÍTICAS DO SOFRIMENTO E AS NARRATIVAS MIDIÁTICAS DE CATÁSTOFES NATURAIS

Paulo Vaz
Gaelle Rolny

Resumo: *Este artigo elabora o conceito de vítima virtual, proposto como uma característica da subjetividade contemporânea. A vítima virtual emerge a cada vez em que indivíduos, diante dos meios de comunicação, apreendem a possibilidade de irrupção súbita de sofrimento em suas rotinas prazerosas. Na sua especificidade histórica, a vítima virtual provoca três transformações maiores na política da piedade, a forma moderna da política como reconhecimento do sofrimento do outro: 1) da desigualdade à rotina segura e prazerosa como lugar de se pensar o justo; 2) da piedade por uma “massa de miseráveis” à compaixão à distância por indivíduos; 3) da denúncia do Estado por perpetuar a desigualdade à indignação pela incompetência e imoralidade dos “políticos”. Para apresentá-las empiricamente, partimos das narrativas sobre a catástrofe recente em Angra dos Reis e analisamos suas diferenças com as narrativas de outras catástrofes naturais desde a década de 70 do século passado.*

Palavras-Chave: *Catástrofes. Vítima Virtual. .Mídia.*

1. A narrativa da tragédia como singularidade histórica

Na madrugada do dia 1 de janeiro de 2010, em Angra dos Reis, um temporal foi a ocasião da morte de 52 pessoas. A narrativa desse acontecimento pelos meios de comunicação foi unânime nos elementos principais. O Jornal Nacional da Rede Globo e as revistas Veja, Isto É e Época concordaram que as mortes poderiam ter sido evitadas pelo Estado, que a razão maior foi a negligência no cumprimento das leis e no cuidado em mapear o riscos das encostas e, por fim, constituíram o sentido do evento a partir do depoimento de sobreviventes e de parentes e amigos dos mortos.

Pode parecer que a unanimidade resulta de essa narrativa ser o modo adequado de construir as razões da existência e o sentido de um evento trágico. Essa aparência, porém, naturaliza o modo singular com que diversas culturas ocidentais contemporâneas atribuem sentido ao sofrimento e ordenam, assim, regras morais e modos de pensar a ação coletiva. De fato, a singularidade histórica não está no evento trágico, mas no modo de interpretá-lo.

Essa singularidade pode ser denominada como a emergência da vítima. Essa figura subjetiva maior da atualidade é generalizada. Ela não se refere apenas aos indivíduos que foram diretamente afetados por eventos trágicos. A evolução recente do conceito de estresse pós-traumático explicita esse potencial de generalização. Cabe notar que esse conceito está diretamente vinculado à emergência da vítima, na medida em que propõe que ninguém sai de um evento traumático são e salvo – pode se salvar, mas terá uma ferida psíquica. De início, só ficariam traumatizados a vítima e seus próximos; posteriormente, o evento afetará aqueles que apenas testemunharam; após o 11 de Setembro, pesquisas propuseram que teriam ficados traumatizados até quem só assistiu pela televisão.

Uma outra razão para a generalização da posição subjetiva de vítima é o que a faz emergir. A propriamente dizer, a injustiça consiste na interrupção súbita da rotina de indivíduos quaisquer. Um evento trágico pode ser fonte de indignação na medida em que, de um lado, o Estado é suposto ser uma entidade que, de direito, poderia garantir a segurança dos indivíduos, não importando o quão casual é o evento que os afeta. De outro lado, é fonte de indignação na medida em que o acaso trágico não pode ser recuperado, não é mais um mal que vem para um bem, nem é algo ao qual os indivíduos se resignam e, muito menos, uma abertura de possibilidades; ao contrário, ele só deixa atrás de si o trauma. Desse modo, notícias sobre crimes, atentados terroristas, acidentes, epidemias e catástrofes naturais serão a ocasião a partir da qual os indivíduos são incitados a ocupar a posição de vítima virtual.

A partir do final da década de 90, as notícias sobre crime na cidade do Rio de Janeiro apresentavam sistematicamente duas características. Primeiro, costumavam conter explícita ou implicitamente dois fragmentos narrativos: o que aconteceu com uma dada vítima poderia ter acontecido com qualquer um; é provável que o acontecimento se repita. Em segundo lugar, as notícias também propunham que o crime poderia não ter acontecido e que só aconteceu porque ou a polícia era corrupta, incompetente e insuficiente, ou porque a legislação não era rigorosa, ou porque as prisões, ao invés de conter riscos, permitiam que os criminosos, ao darem ordens a seus comparsas, continuassem a cometer crimes na cidade.

Nas notícias sobre acidentes, basta lembrar da extensa discussão midiática se teria havido ou não responsabilidade do Estado no desastre com o avião da TAM em 2007 ou como a formulação e implementação da “lei seca” foi precedida de notícias onde a embriaguez de motoristas – e a impunidade resultante da ausência de uma legislação rigorosa – teria provocado a morte de dezenas de vítimas.

Em relação a epidemias, duas edições do Jornal Nacional no final de Março de 2008, durante o ápice das mortes pela dengue no estado do Rio de Janeiro, são exemplares. Na primeira, os âncoras iniciam o jornal afirmando que as mortes poderiam ter sido evitadas, pois eram previsíveis – o próprio Jornal Nacional teria avisado ainda em Outubro do ano anterior sobre o risco – e as diversas instâncias do Estado poderiam ter feito alguma coisa. A seguir, uma frase do âncora faz a generalização da posição de vítima: “(...) neste ano de 2008, milhões de brasileiros estão assustados porque milhares ficaram doentes e dezenas morreram”. A seguir, a reportagem mostra que as autoridades públicas, que nada tinham feito, mesmo diante da multiplicação das mortes, continuam a nada fazer a não ser jogar a culpa uma nas outras: o Município acusa o Estado e a União que, por sua vez, acusam o Município. A edição do dia seguinte foi dominada pelo testemunho de pais sobre a perda de seus filhos. Ao final de cada testemunho, um âncora afirmava com uma voz sóbria e dura: “a dengue matou X”. Também poderia ter dito que crianças e adolescentes morreram por negligência do Estado.

Alguns autores consideram que a emergência da vítima a partir da década de 60 do século passado é uma ruptura antropológica. Talvez seja mais interessante considerá-la como uma mudança no interior de uma continuidade. A Modernidade, com a invenção da política da piedade, adicionou como objeto da política o reconhecimento do sofrimento do outro. A política da vítima virtual tende a substituir a política da piedade, sendo, portanto, uma mudança no interior dessa continuidade maior: a necessidade de reconhecer o sofrimento do outro.

2. A mudança histórica

Segundo a conhecida análise de Hannah Arendt, foi a Revolução Francesa que iniciou a política da piedade, com o espetáculo do sofrimento de estranhos movendo à ação política aqueles que não partilhavam da condição de sofrimento (Arendt, p. 75). Desde então, uma forma maior da política é o reconhecimento do sofrimento de outros.

Em termos analíticos, a Revolução Francesa fez emergir esse tipo de política porque, em primeiro lugar, pela própria declaração dos direitos humanos, a regra moral está universalizada. Em segundo lugar, o sofrimento de estranhos é uma questão de política, no sentido de ser pensado como uma condição que está articulada a características da sociedade. Pelo mero fato de haver revolução, esse sofrimento é evitável; acredita-se que é possível

mudar as condições sociais que produziram aquele sofrimento e, assim, reduzi-lo ou eliminá-lo.

A transformação da solidariedade com estranhos em uma questão política também é decisiva. Na política da piedade, exatamente por ser política, aquele que está diante do sofredor não pode ajudar local e imediatamente; deve, sim, falar aos outros do que viu para mobilizá-los. Na narrativa do que viu, o sofrimento deve estar articulado com condições sociais que seriam sustentadas por um determinado arranjo político, na medida em que ser solidário significa a ação mediada de transformar a sociedade. E a narrativa deve despersonalizar o sofredor, tornando-o exemplo de uma condição que afeta a muitos. Daí a diferença maior, segundo Hannah Arendt, entre a compaixão e a piedade: tendo como exemplo Cristo, a compaixão só compreende particulares, só é afetada por sofredores concretos, enquanto a piedade se caracteriza pelo amor aos miseráveis, aos descamisados, às massas sofredoras (Arendt, p. 85).

Cabe agora retomar essas características que definem a política da piedade para analisar como se traduzem em um modo específico de narrar um sofrimento. Pelo fato de ser piedade, o sofrimento é observado por quem não sofre e narrado para outros que também não sofrem. Assim, nessas narrativas, a audiência é endereçada como os felizes que devem agir politicamente para reduzir os sofrimentos dos infelizes. Se deve agir, a audiência também é endereçada como responsável. A responsabilidade pode ser por mera omissão, passiva, quando se postula que fazer algo reduz o sofrimento e, assim, que nada fazer amplia as agruras do sofredor. Mas a forma principal de conceber a responsabilidade da audiência, que marcou a política nos séculos XIX e XX em diversos países ocidentais, foi a responsabilidade ativa. A partir de uma teoria da exploração, supõe-se que a felicidade de alguns resulta da infelicidade de muitos. A audiência se beneficiaria da estrutura social que causa sofrimentos e, portanto, está em dívida em relação a todos os que são apresentados a ela como sofredores.

Por ser política, a narrativa de um dado sofrimento incluirá ainda as crenças de que aquele tipo de sofrimento poderia não existir e de que sua existência depende de características da sociedade sustentadas por um arranjo político. A retórica na política da piedade tende a incluir a causa do sofrimento – e sua forma de generalidade máxima é o “sistema capitalista”.

A forma narrativa específica da política da piedade não se limita à constituição da audiência e à construção da causa do sofrimento; também implica o modo como aparece o

sofredor. Se a piedade é amor pela humanidade, o sofredor tende a ser despersonalizado. Seu sofrimento vale como exemplar e, portanto, os acontecimentos de sua vida só importam na medida em que são representativos de uma condição partilhada por muitos. Evidentemente, o grupo por excelência são os trabalhadores; cabe notar que não eram denominado de vítimas, mas, sim, de miseráveis, pobres, explorados, oprimidos.

A partir da década de 60 do século passado, uma série de eventos e de novos movimentos sociais provocou a crise da política da piedade, sendo, nesse sentido, condição de emergência da figura da vítima. Em primeiro lugar, está o holocausto, especialmente a partir de sua memorização política no julgamento de Eichman em 1961. A ênfase no testemunho de sobreviventes, e não na documentação dos crimes cometidos, foi concebida para, de um lado, mostrar que os inimigos atuais de Israel continuavam um história secular e trágica de preconceito. De outro lado, internamente, esperava-se que o julgamento operasse a unificação dos israelenses, pois os jovens nascidos em Israel queriam tomar distância dos sobreviventes e da própria experiência do holocausto, pois os judeus teriam se deixado “abater como ovelhas” e aqueles que sobreviveram, para sobreviver, talvez tivessem sido coniventes com os nazistas. Ao recordar a longa história de perseguição e os sofrimentos experimentados, os testemunhos unificaram ao mostrar que os judeus eram vítimas não pelo que fizeram, mas pelo que eram.

Paulatinamente, duas idéias adicionais foram sendo consolidadas pelas narrativas do holocausto. A primeira é o valor da vítima: os judeus não só eram inocentes, como o fato de terem sobrevivido e testemunhado marca um certo heroísmo, que é a manutenção de um núcleo de humanidade em condições desumanas. A segunda idéia é propor o holocausto como um sacrifício que é oferecido para que algo de semelhante nunca mais ocorra. O sofrimento não é condição para um mundo melhor, como era pensada, por exemplo, a “violência revolucionária”; ocorreu, sim, para que uma catástrofe semelhante não aconteça. O horizonte é a manutenção do presente e não mais a construção de um mundo melhor; essa mudança é condição da idealização posterior de uma rotina segura e prazerosa que, de direito, não deveria ser interrompida por nenhum evento trágico.

O movimento negro e o movimento feminista também foram decisivos na mudança da política da piedade para a política da vítima. Uma das formas de mostrar que seus sofrimentos não eram reconhecidos foi a ausência de punição, pelo Estado, daqueles que cometiam agressão contra eles por preconceito. Os crimes de racistas, o estupro, o assédio

sexual, a pedofilia e a violência doméstica foram, assim, ocasião para denunciar uma injustiça derivada da desigualdade. Os criminosos não eram punidos ou porque os agentes do Estado eram preconceituosos, ou porque, na versão radical, suas instituições funcionavam para manter uma sociedade perpassada pela desigualdade. Surge, aqui, uma outra idéia importante para a política da vítima: reconhecer o sofrimento de uma minoria significava ampliar o rigor penal para com seus agressores. Se os direitos humanos foram criados após a Segunda Guerra para proteger os indivíduos do arbítrio de estados totalitários, após os movimentos de minorias, o sentido passa a ser a intervenção do Estado para proteger indivíduos de outros, o que pode conduzir, senão ao arbítrio, ao menos à ampliação de seus poderes punitivos.

A mudança se completa com o movimento de vítimas de crime e de acidentes de carro. Sob um certo ponto de vista, acontece a extensão da vítima qualificada para o indivíduo qualquer. Mas, na extensão, opera-se a mudança na forma de denúncia do Estado. A ausência de reconhecimento do sofrimento de vítimas qualificadas ainda fazia referência à relação entre preconceito, desigualdade e estrutura social. Quando a vítima é o indivíduo qualquer, a referência é meramente à negligência e incompetência dos agentes de Estado, as “autoridades” ou os “políticos”.

A posição central dos movimentos de vítimas de crime e acidentes de carro pode ser vista na diferença que ela traz em relação à retórica da política da piedade. Em termos de endereçamento da audiência, a política da piedade a constituía como os felizes responsáveis pelo sofrimento dos “povo oprimido”. Essa constituição permanecia na vítima qualificada. Os membros da audiência que eram homens, brancos, não-judeus e heterossexuais não sofriam de preconceito e, nesse sentido, seus membros eram os felizes; e se não fossem preconceituosos, ao menos não se mobilizavam politicamente seja para mudar as leis que permitiam o sofrimento, seja para mudar as condições sociais que causavam a existência de desigualdades. Já quando a vítima é um indivíduo qualquer e feliz, a audiência pode ser convidada a ocupar o lugar de vítima virtual.

A última diferença de retórica entre a política da piedade e a produção da vítima virtual é em relação à construção da exemplaridade do sofredor. Na política da piedade, a exemplaridade estava conectada à condição que determina a infelicidade: se pobreza, então o sofredor é pobre. E se as notícias contivessem detalhes da vida do sofredor, esses detalhes eram exatamente aqueles que qualificavam sua pertinência à condição.

No caso da produção da vítima virtual, especialmente em eventos de grande repercussão midiática, é importante que os sofrendores não sejam anônimos e que as notícias contenham diversos detalhes de sua vida pessoal, tanto para favorecer a identificação da audiência com a vítima, como para constituí-la em sua inocência.

A diferença entre compaixão e piedade estabelecida por Hannah Arendt, uma direcionada a indivíduos concretos enquanto a outra orientada para uma massa indiferenciada que partilha uma condição, parece estar desaparecendo. Cada vez mais, ao narrar algum sofrimento, os meios de comunicação orientam nossa compaixão para indivíduos concretos, falando do passado das vítimas – o que faziam e algumas características de sua personalidade – e como sua morte destruirá o futuro de seus próximos.

3. A forma de denúncia do Estado

A partir do conceito de negligência, pode-se compreender como os meios de comunicação atribuem ou não as mortes por uma catástrofe natural ao Estado. A enchente de um rio inunda uma cidade, provocando mortes; um dos modos de atribuir responsabilidade ao Estado pela catástrofe, propondo, portanto, que o sofrimento seria evitável ou, ao menos, teria sua intensidade reduzida, é mostrar que havia ou projetos de barragens, ou a limpeza e modernização das galerias pluviais, ou a redução do assoreamento de encostas e do desmatamento, ou ter um serviço de bombeiros eficiente e bem aparelhado, etc. Trata-se de pensar a chuva como mero evento entre um ato ilegal e o sofrimento que não rompe o fio causal; se a chuva for demasiada, pode se pensar que não importa as negligências anteriores: o nexo causal teria sido rompido pelo evento inesperado.

Logo após a catástrofe de Angra dos Reis, coletamos as reportagens das revistas Veja, Época e Isto É, assim como as edições do Jornal Nacional até uma semana após o evento. Depois de percebermos como as narrativas se adequavam à política da vítima – denúncia de incompetência e imoralidade dos agentes do Estado e a generalização pelo indivíduo qualquer –, pesquisamos o arquivo digital da Revista Veja, a partir das palavras-chave “chuva”, “enchente”, “inundação” e “deslizamento” para determinar se seria possível observar a mudança histórica descrita teoricamente. A quantidade inicial de notícias e o constrangimento de tempo nos conduziram a propor um corte arbitrário: só seriam analisadas as reportagens sobre eventos com pelo menos 20 mortes. Incluindo Angra dos Reis, chegamos ao total de 26 eventos e 47 reportagens nos mais de 40 anos.

O que se mostrou inicialmente relevante foi a diferença na forma de denunciar o Estado. As reportagens não se limitam a mostrar que os governantes não fizeram barragens, ou obras em favelas, ou permitiram que indivíduos construíssem suas moradias em áreas de risco. Também explicitam as razões da negligência. Apareceu, então, a construção paulatina da diferença entre a política da piedade e a política da vítima.

Entre 1970 e 1984, apenas 3 das 9 catástrofes concebidas como evitáveis não enfatizaram a negligência com os pobres. De fato, pode-se até dizer que as mortes ocorridas durante as enchentes ou deslizamentos era a ocasião para se recordar à sociedade como esta tratava seus pobres. Na edição de 19/08/1970, a revista descreve uma cheia do rio Capibaribe em Recife, com 140 mortos, que teria sido evitada pela construção de barragens, e aponta: “(...) como sempre, a parte mais pobre sofreu o maior número de baixas” (Veja, 19/08/1970, p. 27). Em 1975, em outra cheia do Capibaribe, dessa vez com 104 mortos, a reportagem comenta que os empresários já sabiam até os centavos de suas perdas e que a associação comercial era contra o congelamento dos preços, pois impediria os lucros. Ao mesmo tempo, os pobres desabrigados não tinham como se mobilizar para serem ajudados: na sede da prefeitura, “acumulavam-se centenas de pares de sapatos doados aos flagelados, descalços esquálidos hóspedes de abrigos onde dormem sobre o chão por falta de colchões” (Veja, 30/07/1975, p. 62). Em 1980, houve outra inundação em Recife e Olinda, dessa vez do rio Beberibe, com mais de 50 mortos. Pelas barragens construídas após as enchentes, o Capibaribe estava controlado. A reportagem explica então a diferença entre os rios: “o Capibaribe é um rio que banha ricos e pobres (...) Já o Beberibe percorre exclusivamente bairros pobres e, talvez por falta de populações ribeirinhas mais influentes, não mereça as mesmas atenções do poder público” (Revista Veja, 18/06/1980, p. 50).

A reportagem de onde foi tirada a epígrafe descrevia as 44 mortes provocadas no estado do Rio de Janeiro, especialmente em Petrópolis e Teresópolis, em dezembro de 1981, e que teriam sido evitadas se o poder público tivesse feito obras que contivessem encostas e permitissem o escoamento de água nas favelas e bairros pobres. A reportagem afirmava então: “(...)a tromba d’água revelou uma nova característica das calamidades naturais no Brasil. Elas podem atingir qualquer lugar, indiscriminadamente. Mas só costumam fazer grandes estragos quando se abatem sobre os pobres” (Veja, 09/12/1981, p. 20). Na sequência, a reportagem comenta que o governador Chagas Freitas teria comemorado com seus

assessores o fato de “nada” ter acontecido; é que a Zona Sul não tinha sido afetada pelas chuvas.

As imagens típicas da fúria das águas são as de casas cobertas pela enchente ou destruídas por deslizamentos. Já uma imagem típica da política da piedade mostra sofrendores à distância, preferencialmente de famílias com crianças, colhidas de surpresa pelo fotógrafo. Grande parte das reportagens, mesmo naquelas onde o sofrimento era tido como inevitável, continha alguma imagem de desabrigados pobres.

A partir de 1985, começa a mudar a forma sintética de apreender uma injustiça e as razões de sua existência. A oportunidade de se denunciar a desigualdade a partir de catástrofes provocadas pelas chuvas continua a aparecer, pelo menos até 1996. Em fevereiro desse ano, as chuvas provocaram 65 mortos no estado do Rio de Janeiro – e a reportagem não deixa de notar que são os pobres os mais afetados: “É triste perder a casa, ficar preso no trânsito que não anda, não conseguir falar ao telefone. Muito mais triste é perder parentes queridos. E isso, como quase sempre acontece nessas tragédias, só a parcela mais pobre da população sofre” (Veja, 21/02/1996, p. 36). A reportagem conta ainda a história de um pintor de paredes que, após o desabamento de seu barraco, tentou durante horas retirar sua mãe e irmã, presas nos escombros, e que gritavam por socorro. A revista nota, indignada, que os bombeiros só chegaram no local 9 horas depois, quando já era tarde demais.

Muda, porém, a explicação do descaso para com os pobres. Não há mais remissão a um Estado que sustenta e reproduz desigualdades sociais, mas a um Estado ineficiente, que intervêm onde não deveria, tem funcionários demais e, por isso, não consegue cuidar da população em geral, nem fazer cumprir a lei. Uma reportagem de 1991 conecta quatro eventos: uma enchente em São Paulo, com 20 mortos, a invasão de um prédio por favelados no Rio de Janeiro, a quebra de caixa econômica de Minas Gerais e a incapacidade de impedir a greve dos petroleiros: “o Estado brasileiro é de fato enorme, cuidando de atividades que não lhe dizem respeito. Mas no caso da enchente em São Paulo, mostrou que é pequeno até para proteger a população contra a chuva. Na invasão do Rio, o Estado provou que não consegue resolver nem o problema da liquidação de uma empresa, quanto mais a questão habitacional. Em Minas, o Estado quebrou a caixa. E na greve a decisão do Estado não foi levada a sério pelos petroleiros. Na vida prática das pessoas, o Estado está fazendo água e inunda a existência das pessoas com problemas” (Veja, 27/03/1991, p. 40).

A outra mudança significativa é na forma de crítica das autoridades públicas. Ao invés de um governante ser denunciado porque suas decisões expressam interesses de grupos, como o fez com Chagas Freitas, que só governaria para os moradores da Zona Sul, as autoridades passam a ser criticadas porque suas decisões refletem falhas pessoais, como incompetência, populismo ou corrupção. Por isso a sugestão de responsabilizá-los criminalmente, que já aparece na catástrofe de 1996 e é sugerida pela revista *Época* na catástrofe de Angra dos Reis.

Em Janeiro de 2001, chuvas no sudeste provocaram a morte de 36. A cidade mais atingida foi Campos do Jordão, com 10 mortes ocorridas num deslizamento de terras. A revista explica então como o sofrimento teria sido evitado: “As construções erguidas irregularmente nas encostas foram soterradas. Elas tinham sido feitas havia mais de dez anos, num flagrante desrespeito à lei e sob enorme risco de desabamento. Mas nenhuma administração havia tomado qualquer providência até o infortúnio da semana passada. Quantos votos poderia perder a autoridade que desalojasse aquela população das encostas dos morros?” (Veja, 12/01/2001, p. 104). As autoridades são populistas, o que, no caso, quer dizer que só se preocupam com o poder, com serem eleitos, com o interesse próprio, e não com o bem comum.

Essa mesma explicação, que alia a ilegalidade ao populismo, foi privilegiada nas reportagens sobre Angra dos Reis. A *Veja* narra detalhadamente como as mortes poderiam não ter acontecido se não fosse a incompetência, a ilegalidade, o populismo e, adicionalmente, a corrupção: “A pousada tinha licença de funcionamento da prefeitura, mas não a licença ambiental do Estado. Mesmo se tivesse, o risco de deslizamento da encosta não teria sido analisado. As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham licença. Antes da tragédia, porém, a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área, como se não houvesse um grave problema de segurança. Em Angra sempre foi mais fácil construir e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. Entre 2006 e 2007, 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos por vender pareceres técnicos favoráveis às construções” (Veja, 13/01/2010, p. 34). Cabe notar que, em 1981, fazer obras em favelas era modo de prevenção; ao menos desde 2001, essas obras nada significam além de populismo.

A forma de denúncia típica, ao menos no Brasil, da política da vítima emerge em sua clareza: se há interrupção trágica da rotina prazerosa de indivíduos, não importa se por crime, acidente, catástrofe ou epidemia, isso ocorre porque o Estado Brasileiro permite a ilegalidade e a impunidade e seus agentes são caracterizados pelo populismo e corrupção.

4. Da massa miserável ao indivíduo qualquer

Para caracterizar a distância que estamos experimentando em relação à política da piedade, é preciso ainda explorar a diferença entre a piedade, que seria dirigida a uma massa, e a compaixão à distância, que nos faz experimentar a dor de estranhos individualizados, mas através dos meios de comunicação e na orientação de uma mudança política.

Entre 1970 e 1984, a maior parte das reportagens se limitava a indicar o número de mortos ao lado de prejuízos econômicos, como a perda de lavouras, e frisavam o tempo que ia demorar para a vida retornar ao normal. Também era costumeiro que a reportagem colocasse autoridades públicas (prefeitos ou governadores) ou representantes de associações comerciais, industriais ou agrícolas para resumir o sentido do evento através dos seus custos. Na enchente de 1970 em Recife, a revista coloca: “O presidente do Clube dos Lojistas, Wilson Campos, afirma que os prejuízos do comércio foram tão grandes que serão necessários no mínimo sessenta dias para que se restabeleça a normalidade da vida comercial” (Veja, 29/07/1970, p. 26).

Pela relevância dos prejuízos econômicos, pela anonimidade das mortes e pela ênfase no retorno à normalidade, o ponto de vista adotado nessas reportagens é o da coletividade, o que é de se esperar na medida em que ela tanto é quem causa sofrimentos (porque nela há a desigualdade), quanto quem irá sofrer as consequências. Se há fala de sobreviventes, por diversas vezes eles apresentam uma certa resignação, afirmando que é preciso retornar à vida. Em julho de 1983, após mais de um mês de chuvas, o estado de Santa Catarina teve “no mínimo 300 mortos”. Uma sobrevivente da enchente, Olga Pfiffer, diz ao repórter: “Meu filho. Isso passa e temos de aproveitar a primavera que vem por aí” (Veja, 20/07/1983, p. 62)

A partir de 1984, é mais comum haver reportagens contendo depoimentos de indivíduos que foram direta ou indiretamente afetados. Contudo, os testemunhos têm a função de tornar sensível o horror dos eventos. Em fevereiro de 1988, chuvas novamente devastaram o Estado do Rio de Janeiro, especialmente a cidade de Petrópolis, provocando a morte de 200 pessoas. A reportagem abre com o repórter descrevendo um sobrevivente

acompanhando o trabalho de busca de corpos: “De pé em cima do barro, José Carlos de Oliveira, 21 anos, empregado de uma confecção no Rio de Janeiro, acompanhava na semana passada o vai e vem ruidoso da retroescavadeira no Caxambu, bairro central de Petrópolis. Primeiro brotou da lama o corpo de seu pai. Minutos depois, viu-se uma mão surgir (...) a vítima usava roupa branca, de bolinhas, disseram eles. ‘é a camisola de minha mãe’, balbuciou José Carlos. A roupa era de fato da mãe do rapaz, mas quem a usava era sua irmã. Sob o corpo dela estava o do seu filho Tiago, sobrinho de José Carlos, um bebê de dois meses. Lágrimas rolaram finalmente pelo rosto perplexo do balconista, que até então controlara as emoções”. Ou então o sofrimento do pintor de paredes em 1996, lutando inutilmente para salvar as vidas de sua mãe e irmã. É significativo, porém, que nenhuma das reportagens nos informe o nome das vítimas, como eram suas vidas antes de morrerem e como seria a vida dos jovens sobreviventes depois da tragédia.

A partir da enchente de novembro de 2008, em Santa Catarina, com 32 mortos só em uma cidade, a história passa a ser definitivamente contada do ponto de vista das vítimas. Eis um depoimento: “O operário André Oliveira, de 29 anos, deixou a família na casa de um parente, no município de Gaspar, e foi ao mercado. A poucos passos do portão, ouviu um estrondo. Ao olhar para trás, viu a mulher na varanda e os filhos no quintal. ‘Saíam daí’, gritou. Não deu tempo. O morro próximo veio abaixo soterrando, além da sua casa, uma dezena de outras. Oliveira ainda ouviu o choro da filha de 3 anos, Ester. (...) ‘Ainda não parei de chorar’, disse ao repórter Duda Teixeira” (Veja, 03/12/2008). Esse privilégio ao ponto de vista do indivíduo é mais claro nas imagens que dominam a reportagem. A primeira é de uma mulher sendo resgatada por um helicóptero, com o rosto contorcido pelo desespero; em outra página, uma mulher é vista chorando ao olhar para o lugar onde antes estava sua casa. No final, aparece a foto do caminhoneiro Zabel, que perdeu a mulher e dois filhos, sentado numa pedra ao lado do rio que levou seus parentes, cabisbaixo, inconsolável. E a imagem de capa da edição era a foto privada de uma menina loira, sorridente, morta na enchente.

Embora a revista Veja, tanto na edição nacional, quanto na local, não tenha apresentado depoimento de vítimas e de seus parentes, o Jornal Nacional e as revistas Época e Isto É utilizaram abundantemente esse recurso narrativo. Imediatamente, nota-se a multiplicação das fotos privadas com as vítimas sorrindo para a câmera. Esses indivíduos comuns receberam um espaço midiático que, anteriormente, era reservado às personalidades

públicas mortas em catástrofes ou acidentes. Democratização, certamente, mas na forma da vida feliz que seria o direito de todos.

De fato, o que parece destacar as vítimas do comum dos mortais é a felicidade de suas vidas até então. O casal dono da pousada destruída teria sido feliz até a noite da catástrofe. Sua filha morta só se estressava na hora de fazer os trabalhos da faculdade, pois era perfeccionista e tirou “A” em todas as disciplinas.

Um casal sobrevivente que perdeu suas filhas teria se conhecido ainda adolescentes; o marido, ao ver sua futura mulher passar pela rua, desceu do carro para conhecê-la. Após o nascimento das filhas, a revista Isto É afirma que sua felicidade teria ficado completa.

Duas vítimas do grupo de amigos são caracterizados por seus parentes pela alegria que possuíam e que doavam; um estava sempre sorrindo nas fotos e ninguém ficaria triste ao seu lado; o outro seria o mais alegre da turma e seus amigos o consideravam a alegria das festas.

Esses detalhes do passado e da personalidade de cada vítima parecem individualizar, mas, de fato, cumprem as funções de generalização e de idealização. Simplificando ao extremo a vida de indivíduos, retirando delas o que há de angústia, conflito e incerteza, os meios de comunicação só retêm o que delineia o ideal de uma felicidade privada. Não se trata da vida dos indivíduos, mas do que a vida deveria ser, se não fosse a incapacidade do Estado de prover segurança. Muitos gostam de cantar e do mar, como a filha dos proprietários da pousada; e quem não desejaria ter uma filha excelente aluna e que, mesmo morando fora, voltava para ver os pais todo final de semana e feriado? E quantos gostariam de participar de um grupo de amigos que se conhecem há anos e são como irmãos? Ou quem não brindou a passagem do ano novo com amigos, namorados, cônjuges ou parentes, prometendo que aquele seria um ano melhor?

Uma outra característica das narrativas midiáticas sobre a catástrofe é a proximidade entre a reação dos sobreviventes e a descrição dos sintomas de estresse pós-traumático. Os sobreviventes são apresentados como tendo perdido uma parte do seu passado. Estão também sob intensa emoção, chorando a todo momento em que algo lhes recorda a perda. E, sobretudo, por terem perdido um futuro possível, perderam a capacidade de antecipar futuros, de desejar.

As novidades contidas nas narrativas de tragédia de Angra dos Reis não se reduzem à forma de criticar o Estado, na adoção do ponto de vista do indivíduo e na forma de

generalização do sofrimento através do personagem do indivíduo qualquer feliz. Está também no modo como se propõe aos indivíduos lidarem com o sofrimento que porventura lhes ocorrer. Ao se ler as reportagens, é quase impossível conceber como os sobreviventes poderão continuar a vida.

Essa impossibilidade não é natural, derivada da própria imensidão da perda; é, sim, uma construção. Agora nos é dito que o sofrimento é irrecuperável, que ele não impõe a necessidade de conceber outros futuros possíveis e que ele destrói nossa capacidade de desejar. Nem sempre foi assim. Na catástrofe de Petrópolis de fevereiro de 1988, a revista abre um box para contar a história de uma sobrevivente, Ismênia, retirada com vida dos escombros dois dias após o deslizamento e que perdeu pai, mãe, irmã e o filho de 9 anos de idade, que “era seu orgulho”, pois o tinha criado como mãe solteira. Na primeira parte, a reportagem descreve seu salvamento; na segunda parte, sintomaticamente intitulada “planos para a vida”, Ismênia conta que voltará ao trabalho e que tinha ficado irritada com um jornal por ter errado sua idade. Diz ela: “Tenho só 42. Me cuido para parecer bem e eles dizem que sou mais velha, vejam só!” Uma vez mais, a mudança histórica não se limita à diferença de ponto de vista a partir do qual se narra o evento, se o da sociedade ou o do indivíduo; reside, sobretudo, no sentido do sofrimento. Apesar da perda terrível, a revista propõe que a sobrevivente não só suportaria a tragédia e continuaria com a vida; ela ainda teria vaidade, desejo. Jamais saberemos, pelas reportagens, como os indivíduos concretos lidaram ou lidam com o evento trágico; mas é perceptível a diferença no modo como se propõe que devemos lidar com eles.

Referências

- ARENDT, HANNAH. *On Revolution*. Londres: Penguin Books. 1965
- BOLTANSKI, LUC . *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999
- CASTEL, ROBERT. *L'insecurité sociale*. Paris: Seuil. 2003
- FASSIN, DIDIER. *La souffrance du monde. Considérations Anthropologiques sur les Politiques Contemporaines de la Compassion*. *Évolution Psychiatrique*, 67, pp. 676-89. 2002